PROJETO DE LEI Nº 066/2022

“CRIA O PROGRAMA AUXÍLIO MORADIA NO MUNICÍPIO DE IPÊ, COMO BENEFÍCIO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOSÉ MÁRIO GRAZZIOTIN Prefeito Municipal em Exercício de Ipê/RS, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, encaminho à Câmara de Vereadores, para apreciação e posterior votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ipê o Programa Auxílio Moradia, como benefício da política de habitação, custeado pelo Poder Executivo, visando disponibilizar acesso à moradia segura em caráter emergencial e temporário, mediante a concessão de benefício financeiro destinado ao pagamento de locação de imóvel residencial de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e/ou vulnerabilidade social, que não possuam outro imóvel próprio, neste ou em outro município.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, família em situação de emergência e/ou vulnerabilidade social é aquela que teve sua moradia interditada pela Defesa Civil ou destruída de forma total ou parcial, em razão de deslizamento, desmoronamento, inundação, incêndio, insalubridade habitacional, advindas da remoção de áreas de risco, bem como famílias que estejam ocupando irregularmente imóveis e espaços públicos, interferindo, assim, no direito à coletividade de acesso aos bens públicos, ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia.

§ 2º O subsídio do Programa será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial, em moradia definida pela própria família beneficiária.

Art. 2º O benefício será concedido pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até cessar o caráter emergencial.

Art. 3º O valor máximo do Auxílio Moradia corresponderá até a quantia correspondente a 60% (sessenta por cento) de 01 (um) salário mínimo nacional vigente, por família, atualizado anualmente por meio de ato do Governo Federal.

§ 1º Na hipótese de o aluguel mensal contratado ser inferior ao valor máximo estabelecido nesta Lei, o pagamento limitar-se-á ao valor do imóvel locado e, na hipótese de ser maior, a diferença será de responsabilidade da família beneficiária do Auxílio Moradia.

§ 2º O benefício será concedido em pagamento mensal mediante depósito bancário em conta sob a titularidade do proprietário do imóvel, de acordo com contrato de aluguel.

§ 3º O pagamento do Auxílio Moradia somente será efetivado mediante apresentação de declaração emitida pela Defesa Civil comprovando a necessidade de inclusão no benefício do aluguel devido à situação de risco habitacional do imóvel e/ou com Parecer Social do profissional assistente social que comprove a vulnerabilidade social do beneficiário e/ou declaração de órgão público atestando o relevante interesse público da área ocupada.

§ 4º O valor do aluguel contratado pela família beneficiária observará os preços de mercado.

§ 5º A Administração Pública Municipal não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 4º Somente poderão ser objeto de locação os imóveis localizados no Município de Ipê que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco, contratados com os devidos proprietários ou respectivos representantes legais.

§ 1º A guarda e conservação do imóvel locado será de responsabilidade da família beneficiada no programa.

§ 2º São obrigações do beneficiário do Programa:

I - apresentar ao setor de Compras e Licitações via original do documento que comprove a relação locatícia, quando houver, ou declaração do locador atestando a relação locatícia;

II - arcar com as despesas de água, energia elétrica, condomínio, bem como promover eventuais reparos necessários para a manutenção do imóvel nas condições em que foi recebido;

III - prestar as informações e realizar as providências solicitadas pela Secretaria de Administração, Planejamento e Habitação para boa execução do Programa;

IV - assinar o termo de compromisso junto à Administração, Planejamento e Habitação;

V - participar e ser frequente nos Programas Sociais Complementares prescritos pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, quando for o caso.

Art. 5º A concessão do Auxílio Moradia somente será autorizada por meio de análise de critérios socioeconômicos, que permitirá a realização de levantamento de dados sobre a família beneficiária, trazendo os aspectos da composição familiar, assim como por meio de laudo técnico do imóvel danificado ou em risco de desmoronamento, juntamente com documento explicativo de órgão e/ou setor informando a ocupação irregular em espaços públicos, que ocasione a interferência no direito à coletividade de acesso aos bens públicos.

Art. 6º Fica o Município autorizado a receber, por meio de programas e ações de outros órgãos, verbas destinadas especificamente para o aluguel de moradias para as famílias especificadas no §1º do artigo 1º desta Lei.

Art. 7º Para que a família tenha acesso ao Auxílio Moradia, além de se enquadrar nos critérios socioeconômicos estabelecidos nos demais dispositivos, será necessária a comprovação de que reside por no mínimo há 01 (um) ano neste município, bem como os seguintes documentos:

I - inscrição atualizada no Cadastro Único neste município;

II - documentos pessoais de todos os membros da família.

Parágrafo único. Para provar que reside por no mínimo há 01 (um) ano neste município, o beneficiário pode utilizar comprovante emitido pelas políticas de saúde e educação, tais como matrícula escolar ou ficha em unidade de saúde, além de outros documentos capazes de demonstrar que o pretense beneficiário possui tempo mínimo de residência neste município.

Art. 8º Quando a impossibilidade de moradia se der em razão de ato de interdição da Defesa Civil, esta deverá se pautar em decisão técnica fundamentada, reconhecida através de laudo confeccionado por intermédio dos meios técnicos cabíveis e aplicáveis ao caso.

§ 1º No ato da interdição de qualquer imóvel, para fins deste benefício, deverá ser realizado cadastro dos respectivos moradores, com identificação do responsável pela moradia, de preferência do sexo feminino.

§ 2º Constatada a impossibilidade de recuperação do imóvel, a aceitação do benefício implica demolição da residência cuja segurança esteja definitivamente comprometida, a ser efetuada pelo poder público.

§ 3º Nos casos de remoção efetivada pelo poder público municipal, o Auxílio Moradia será concedido quando se verificar a impossibilidade de realocação ou reassentamento por outro programa habitacional.

Art. 9º Terá preferência na inclusão deste programa a família que possua, nesta ordem, as seguintes condições:

I - maior risco de habitabilidade, em grau a ser estipulado no parecer técnico da Defesa Civil;

II - presença de crianças de 0 (zero) a 12 (doze) anos incompletos;

III - pessoas com deficiência, idosos e/ou doentes acamados.

Art. 10. Cessará o benefício, perdendo o direito, a família que:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente Lei;

II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício.

§ 1º Fica excluída a concessão em caso de comprovado incêndio proposital pelos pretensos beneficiários.

§ 2º É vedada a concessão do benefício para mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Art. 11. O Município efetuará o acompanhamento e o monitoramento das famílias incluídas no Programa Auxílio Moradia, visando alcançar a autonomia socioeconômica da família, quando cessar o pagamento do aluguel, assim como a encaminhará para atendimento no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

Art. 12. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 30 de novembro de 2022.

JOSÉ MÁRIO GRAZZIOTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 066/2022 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhora Presidente, Senhores Vereadores:

Com o presente submetemos à apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores, Projeto de Lei nº 066/2022 que **CRIA O PROGRAMA AUXÍLIO MORADIA NO MUNICÍPIO DE IPÊ, COMO BENEFÍCIO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente projeto visa preencher uma enorme lacuna na legislação do município, no que diz respeito à proteção e à garantia dos direitos de famílias atingidas por situações de alto risco ambiental, calamidade pública, intempéries, acidentes de grandes proporções, ocupações irregulares de imóveis e espaços públicos ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia.

O Auxílio moradia representa um dos mais poderosos instrumentos visando à garantia do direito à moradia, íntima e indissociavelmente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, fartamente esculpido na Constituição Federal. No âmbito federal, a Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) prevê claramente a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Tratando-se de um benefício temporário destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia advindas da remoção de áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, desmoronamento, incêndios, calamidade pública ou que tiverem suas casas interditadas pela Defesa Civil, ou ainda famílias que estejam ocupando irregularmente imóveis e espaços públicos, interferindo, assim, no direito à coletividade de acesso aos bens públicos, ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia.

O Auxílio Moradia é subsídio de especial importância para a população de baixa renda que necessita, com urgência, ser removida de suas casas que oficialmente foram condenadas pela Defesa Civil, ou ainda em casos que há o risco iminente, não só da saúde, mas da vida das pessoas que residem naquele imóvel.

A concessão do é uma maneira de preservar a privacidade das famílias.

Desta forma e diante do exposto, apresenta-se o presente Projeto de Lei, submetendo-o a apreciação dessa digna edilidade a fim de que seja apreciado e aprovado, renovando nossos protestos de estima e consideração aos membros desta Casa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 30 de novembro de 2022.

JOSÉ MÁRIO GRAZZIOTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Excelentíssima Senhora

FABIANA DE FÁTIMA CEMIN

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipê/RS.